

## Os Relatórios do Desenvolvimento Humano e os seus Diálogos com alguns Estudos sobre Desigualdades

### *The Human Development Reports and its Dialogues with some Studies on Inequality*

<http://dx.doi.org/10.5007/2178-4582.2013v47n2p211>

**Maria José de Rezende**

*Universidade Estadual de Londrina, Londrina/PR, Brasil*

Os Relatórios do Desenvolvimento Humano (RDHs) mostram-se desafiados pela necessidade de encontrar caminhos capazes de indicar mudanças sociais substantivas que apontem para a expansão do desenvolvimento humano. Compreender os processos sociais e propor formas de intervir sobre eles exigem dos relatórios um diálogo com muitas investigações propositivas desenvolvidas pelas Ciências Sociais voltadas à produção de um conhecimento capaz de balizar um agir cujo fim é modificar as condições de desigualdades, pobreza e exclusão social. Este artigo tem a finalidade de mostrar que os RDHs têm uma dívida enorme com um fundo social de conhecimento desenvolvido por diversos pesquisadores das mais diversas áreas e saberes. Isso pode ser constatado por meio de uma pesquisa documental que revele as principais preocupações e encaminhamentos propostos por eles. Muitas investigações científicas sobre o âmbito político, institucional, econômico, social e cultural refletem e interferem, de alguma forma, nos debates propostos nos relatórios.

**Palavras-chaves:** relatórios do desenvolvimento humano - desigualdades - pobreza - fundo social de conhecimento.

*The Human Development Reports (HDRs) are challenged by the need to find ways that indicate substantial social changes that point to the expansion of human development. Understanding social processes and propose ways of intervening on them require a dialogue with many propositional studies conducted by the Social Sciences aimed to produce knowledge that are capable to modify the conditions of inequality, poverty and social exclusion. This article has the purpose to show that the HDRs have a huge debt to a social fund of knowledge developed by several researchers from various fields of knowledge. This can be seen through documentary research that reveals the major concerns and referrals offered by them. Many scientific researches into political, institutional, economic, social and cultural spheres reflect and interfere, in one way or another, on the debates proposed by these reports.*

**Keywords:** human development reports □ inequality - poverty - social fund of knowledge.

## Introdução

No texto *Os pescadores e o turbilhão*, Norbert Elias (1998) discutiu o processo de constituição e expansão, verificado nos últimos três séculos, de um fundo social do conhecimento, nas Ciências Humanas, que precisa ser levado em conta quando se busca entender as diversas ações propositivas impulsionadoras de processos de melhorias distributivas de recursos e de poder (2006a). Esse entendimento de N. Elias ajuda na compreensão das ideias, dos dados e das propostas contidos nos Relatórios de Desenvolvimento Humano (RDHs), produzidos anualmente, desde 1990, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) a fim de expor os avanços e não-avanços no Índi-

ce de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>1</sup>. Esses documentos sistematizam um conjunto de conhecimentos e de ações que visam encontrar meios de reduzir a pobreza, a privação, a impotência e as desigualdades oriundas de diferentes fontes (renda, educação, etnia, gênero, etc.). Parte-se do pressuposto de que os relatórios podem ser tomados como exemplo do modo como as ideias, as reflexões teóricas, o pensamento e os embates políticos se entrecruzam na tentativa de apontar caminhos para a ação prática.

Demonstrar-se-á que os RDHs, publicados ao longo das décadas de 1990 e de 2000<sup>2</sup>, condensam, em suas páginas, muitos conhecimentos, reflexões e embates produzidos pelas Ciências Sociais. No que concerne ao modo como os debates propositivos são encaminhados no interior dos documentos, pode-se dizer que tanto as reflexões mais exitosas quanto aquelas que parecem tropeçar em dificuldades imensas dialogam, de alguma forma, com um conhecimento que tem sido produzido pelos debates teóricos e políticos fartamente desenvolvidos nas Ciências Sociais no decorrer de anos.

Não se está pressupondo que os embaraços bloqueadores dos avanços no combate às desigualdades e à pobreza, detectados nos RDHs, devem ser lidos como de natureza somente teórica, pois se sabe que tais emperramentos não podem ser entendidos como advindos, exclusivamente, do campo das ideias<sup>3</sup>, uma vez que eles são de natureza, também, política. O que se está afirmando é que tanto o modo de encadeamento das discussões sobre desenvolvimento humano presentes nos RDHs quanto as propostas políticas para que haja avanços contínuos e irreversíveis devem ser lidos à luz de um fundo social de conhecimento e de práticas sociais constituídos por inúmeros cientistas e agentes sociais ao longo dos últimos séculos.

---

<sup>1</sup> “O objetivo da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano [foi] oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado [pelo economista paquistanês] Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen (...), o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. (...) Além de computar o PIB *per capita*, depois de corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, o IDH também leva em conta dois outros componentes: a longevidade e a educação. Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. A renda é mensurada pelo PIB *per capita*, em dólar PPC (paridade do poder de compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países). Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um” (PNUD, 2010, p.1)

<sup>2</sup> Os RDHs estão sendo editados, anualmente, desde 1990. Veja-se o que diz Amartya Sen: *“A princípio, demonstrei bastante ceticismo ao criador do Relatório de Desenvolvimento Humano, Mahbub ul Haq, sobre a tentativa de focalizar, em um índice bruto deste tipo - apenas um número -, a realidade complexa do desenvolvimento e da privação humanos. (...) Mas, após a primeira hesitação, Mahbub convenceu-se de que a hegemonia do PIB (índice demasiadamente utilizado e valorizado que ele queria suplantiar) não seria quebrada por nenhum conjunto de tabelas. As pessoas olhariam para elas com respeito, disse ele, mas quando chegasse a hora de utilizar uma medida sucinta de desenvolvimento, recorreriam ao pouco atraente PIB, pois apesar de bruto era conveniente. (...) Devo admitir que Mahbub entendeu isso muito bem. E estou muito contente por não termos conseguido desviá-lo de sua busca por uma medida crua. Mediante a utilização habilidosa do poder de atração do IDH, Mahbub conseguiu que os leitores se interessassem pela grande categoria de tabelas sistemáticas e pelas análises críticas detalhadas que fazem parte do Relatório de Desenvolvimento Humano”* (SEN apud PNUD, 2010, p.1).

<sup>3</sup> Norbert Elias (2006<sup>a</sup>) afirma que se o processo de conhecimento é algo inacabado faz-se necessário pensar as ideias e as práticas atuais a partir de um longo percurso histórico. O processo que levou a humanidade a situação presente deve ser, cuidadosamente, estudado, não só para orientar a expansão do conhecimento hoje, mas também para ajudar a produzir novas práticas sociais e políticas. Essas últimas dependem de “um conhecimento [cada vez] mais amplo e mais seguro que o atual” (ELIAS, 2006<sup>a</sup>, p.67).

Este artigo visa compreender a mobilização, pelos RDHs, de um fundo social de conhecimento, existente nas Ciências Sociais, para gerar percepções e propostas de combate às desigualdades. Sendo assim, esclarece-se que o objeto de análise deste estudo são tanto as concepções, as noções e as caracterizações das desigualdades e da pobreza, que aparecem nos relatórios, quanto os diálogos entre elas e um fundo de conhecimento produzido, ao longo do século XX, pelas Ciências Sociais. Parte-se do pressuposto de que os documentos do PNUD, a serem trabalhados neste artigo, ao sistematizarem os dados, as ideias e as discussões sobre a multiplicidade de aspectos que compõem as dificuldades de construção de caminhos propícios para levar, de modo contínuo, ao combate à privação de rendas e de capacidades, dialogam com uma ampla herança de conhecimento construído por inúmeros cientistas convictos de que toda atividade intelectual tem de buscar caminhos que levem a processos de geração constante de melhorias coletivas.

O problema sociológico que norteará este artigo é, então, o seguinte: De que modo os RDHs lançam mão de um fundo social de conhecimento produzido, ao longo de décadas, pelas Ciências Sociais, para articular conhecimento e ação propositiva a favor de mudanças substantivas rumo ao desenvolvimento humano?

### **Fundo social de conhecimento: as principais discussões sobre desigualdades e pobreza produzidas nas Ciências Sociais**

Antes de tudo, deve-se esclarecer em que consiste o debate sobre a existência de um fundo social de conhecimento que orienta as práticas sociais e políticas de indivíduos, grupos, associações, instituições e organismos internacionais. Norbert Elias (1998; 1999; 2001; 2001<sup>a</sup>; 2006; 2006<sup>a</sup>; 2006<sup>b</sup>; 2006<sup>c</sup>) é o pensador que melhor enfatizou a necessidade de lidar com o conhecimento, não a partir de acontecimentos e/ou de pessoas considerados isoladamente, mas de modo processual. No seu entendimento, nenhum conhecimento é um começo; todo ele se inscreve numa cadeia de ideias diversas e de tentativas múltiplas de saber, de decifrar e de compreender o mundo social. O conhecimento é fruto também do empenho dos cientistas para buscar processos de intervenção e de mudança. Todo conhecimento deve ser analisado de modo processual e com a convicção de que não se pode chegar a um começo propriamente dito.

Não é difícil compreender que o conhecimento de qualquer ser individual específico depende do fundo de conhecimento disponível em sua sociedade. Nem é também difícil compreender que, por sua vez, as características estruturais desse fundo, por seu lado, são função de sua posição em uma ordem sequencial diacrônica. Em outras palavras, elas conservam a chancela de uma determinada etapa em um longo processo de avanço do conhecimento de geração em geração (ELIAS, 1998, p.175).

Parte-se aqui do pressuposto de que as noções de desenvolvimento humano como antídoto contra as desigualdades e a pobreza, presentes nos RDHs, se inscrevem, também, num amplo processo de discernimentos, reflexões, práticas e experiências; por isso, elas têm dívidas a respeito de um grande volume de conhecimento que exige que a análise sociológica acerca dos relatórios desvende o modo como os seus preparadores lançam mão desse fundo de ideias para potencializar as suas propostas de ações políticas.

Norbert Elias demonstra, em *Envolvimento e alienação* (1998), o quão árduo foram os trabalhos das Ciências Sociais, ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, em busca de um aumento expressivo do conhecimento das condições produtoras das concentrações de poder e riqueza (ELIAS, 1994; 2001<sup>a</sup>). No entanto, o autor insiste na necessidade de diferenciar o fundo social de conhecimento produzido para explicar os fenômenos não-humanos daqueles produzidos para explicar os humanos. Por mais que se expandisse a compreensão da vida social havia, ainda, muito a se fazer, no século XX, para capitalizar o fundo de conhecimento humano e social. Mas não há dúvida de que “junto com o aumento do conhecimento, a área de segurança que os homens construíram para si, área acessível a seu controle, tornou-se muito mais ampla do que era” (ELIAS, 1998, p.172).

Quando se lê os RDHs, percebe-se, de imediato, que os seus preparadores são herdeiros de uma grande riqueza de conhecimentos produzidos pelos debates acadêmicos e políticos que se ampliaram no século XX. Há uma expansão desse fundo social que leva os técnicos e teóricos, postos à frente da formulação desses documentos das Nações Unidas, a expressarem alguma segurança quanto à possibilidade de construção de um tipo de conhecimento e de prática capazes de endereçar toda a humanidade para um novo patamar, o do desenvolvimento humano, no qual seria possível eliminar, paulatinamente, as desigualdades em prol dos que sofrem uma maior privação, a pobreza de rendas, de participação política, de habilidade e de capacidade.

Como os documentos do PNUD (RDH, 1990; 1993; 1995; 1996; 1999; 2001; 2003; 2005), por ora analisados, indicam, pela prática de muitos agentes<sup>4</sup> (Estados, sociedade civil, organizações internacionais e associações diversas), que as sociedades possuem condições de caminhar para um constante aprimoramento do desenvolvimento humano? Os propósitos dos RDHs encontram sustentação, não somente, mas também, nas inúmeras pesquisas desenvolvidas nas Ciências Sociais, o que não quer dizer que os relatórios não optem por determinadas abordagens e perspectivas. Os embates políticos promovidos por essa multiplicidade de agentes também se encontram, de alguma forma, presentes nas propostas, dos RDHs, no combate às desigualdades e à pobreza. O que significa, então, buscar, nas Ciências Sociais, as âncoras dos debates postos pelos RDHS?

---

<sup>4</sup> Há, hoje, na Sociologia das Relações Internacionais um crescente debate sobre a impossibilidade de conceber as práticas políticas favoráveis ao desenvolvimento humano e social como se fossem conduzidas por um único agente: o Estado. Insiste-se que elas têm sido levadas a cabo por muitos atores sociais. Sobre este tema, ver Devin (2010; 2010a).

Norbert Elias (1998) afirma que, geralmente, os herdeiros de grande quantidade de riqueza parecem desinteressados em saber como tal riqueza se constituiu. Isso não é diferente quando se fala do acúmulo de conhecimento que foi pouco a pouco, durante séculos, se constituindo e servindo de base para outros saberes que vão desencadeando muitas possibilidades de surgimento de novas interpretações para os processos sociais. Em relação à questão das desigualdades não tem sido diferente, o que não quer dizer que haja sempre avanços lineares e contínuos na construção de um entendimento cada vez mais apurado sobre os fundamentos das múltiplas formas de desigualdades em vigor no mundo atual. Pode-se perguntar, com o autor, o seguinte:

Que aspectos do desenvolvimento das sociedades humanas tornou possível reconhecer estruturas não-planejadas subjacentes à miríade de atividades humanas entrelaçadas, e ao mesmo tempo resultantes delas, e, ademais, criar modelos teóricos de tais estruturas, de configurações de pessoas e de suas transformações? (ELIAS, 2006d, p. 196).

Os preparadores dos RDHs são, então, herdeiros de um fundo social de conhecimento que a análise sociológica não deve hesitar em reconhecer. Muitas vezes, tende-se a eleger um ou mais pensadores relevantes como mentores individuais das ideias contidas em documentos como esses. Nada mais equivocado, já que eles têm de ser concebidos como um elo numa corrente extensíssima de debates, pesquisas e raciocínios. Ainda que isso não seja, muitas vezes, evidente e/ou reconhecível de imediato, inúmeros estudos sobre desigualdades e pobreza desenvolvidos em todos os continentes têm alimentado os debates propostos pelos relatórios.

Pode-se dizer, por exemplo, que as discussões desenvolvidas no terceiro mundo<sup>5</sup> sobre desenvolvimento social, durante toda a segunda metade do século XX, são chaves para a noção de desenvolvimento humano com a qual os RDHs operam. Estas herdam inúmeros desafios, propostas e avanços alcançados pelos estudos anteriores. O próprio Amartya Sen, um pensador-chave, que tem inspirado muitas reflexões feitas pelos relatórios das décadas de 1990 e 2000, já desenvolvia nas décadas anteriores (1970 e 1980) diálogos com muitos pesquisadores que estiveram na base de seus empenhos a favor do aperfeiçoamento de outro padrão de medida do desenvolvimento. Na década de 1980, uma coletânea em homenagem à Albert Hirschman<sup>6</sup> (1986), já trazia um estudo de Sen (1988) que pode ser tomado como elo entre os debates desenvolvidos em alguns países dos hemisférios sul e norte e as pressuposições contidas nos RDHs a partir de 1990.

[...] A preocupação com a pobreza e a desigualdade orientou profundamente a obra de Sen, conduzindo a desenvolvimentos

---

<sup>5</sup> Sobre isto, ver: Goldthorpe (1977); Furtado (1997)

<sup>6</sup> Economista norte-americano que se dedicou, principalmente, ao estudo do desenvolvimento econômico na América Latina.

em várias direções e em grande profusão; por inadequação dos instrumentos que encontrava, Sen teria sido igualmente levado a produzir ou refinar muitas das ferramentas analíticas que utiliza. O resultado é uma obra de *ecrivain engagé*, de amplo espectro e grande refinamento, que nos faz pensar produtivamente, e não apenas lamentar, os limites da especialização e da fragmentação do conhecimento (KERSTENETZKY, 2000, p.1).

Por que as análises das propostas de combate às desigualdades, feitas pelos RDHs, tendem a dar centralidade às posturas de Amartya Sen? De que modo ele é posto, muitas vezes, no centro do debate sobre o desenvolvimento humano? Em primeiro lugar, pode-se dizer que ele é a inspiração básica dos RDHs pelo seu engajamento no processo de decifração da relação entre pobreza e desigualdades. Este tipo de preocupação está também no centro dos relatórios. É necessário ter claro que a relação entre pobreza e desigualdade está no centro de muitas controvérsias sobre as ideias de Sen.

Este artigo não entrará no debate sobre se há ou não, em todos ou somente nos primeiros trabalhos do economista hindu, “precedência da temática da pobreza sobre a [da] desigualdade em sua obra, que poderia ser atestada pelo fato de que, quando se refere a desigualdades, Sen está de fato aduzindo argumentos e evidências relativos à pobreza” (KERSTENETZKY, 2000, p.4). No caso dos RDHs, há momentos em que se tem, também, a sensação de que prevalece uma preocupação maior sobre as questões atinentes à pobreza e não sobre as desigualdades sociais. Os relatórios tratam, certamente, muito mais das desigualdades de oportunidades, de capacidades, de habilidades, de gênero, de condição étnico-racial, etc., do que da concentração de renda vigente no mundo atual<sup>7</sup>.

Questiona-se, todavia, o modo como se tenta, muitas vezes, pinçar um ou outro pensador como se ele fosse o começo de uma ideia, de uma proposta. O inventor isolado de um modo de conceber a pobreza e as desigualdades simplesmente não existe. Se ninguém é um começo, conforme afirma Norbert Elias (1998), se todos são elos de uma longa corrente que foi se formando durante décadas e séculos, as discussões do economista hindu devem também ser tomadas dessa maneira quando se pensa tanto o encadeamento de suas reflexões quanto as conexões entre suas contribuições e as propostas dos RDHs. Sen (2008; 2010; 2011), em suas várias obras, faz questão de ressaltar todos os elos que ele tem estabelecido para compor suas análises e propostas de intervenção social. Seu diálogo denso com Adam Smith (1723-1790), principalmente com a obra *Teoria dos sentimentos morais* (1999), mostra claramente como ele se conecta a um vasto processo de conhecimento que deita raiz em alguns séculos anteriores.

As contribuições de Amartya Sen, para os RDHs, devem ser vistas sob o seguinte aspecto: mesmo sendo possuidor de um vasto conhecimento, ele não teve dificuldade de “imaginar o que representava para os grupos humanos

---

<sup>7</sup> Essas questões foram discutidas em outros artigos sobre os RDHs (REZENDE, 2007; 2011; 2011<sup>a</sup>).

ser pobre de conhecimento e, conseqüentemente, [ser] materialmente pobre” (ELIAS, 1998, p.176). Elias afirma que sempre houve uma grande dificuldade daqueles que são ricos em conhecimento em se colocarem na condição do não saber, do não possuir conhecimento. Uma singularidade das discussões de Sen está no fato de ele chamar a atenção para a condição do não saber que atinge muitos indivíduos que não têm acesso a processos de desenvolvimento de habilidades e capacidades. Por isso, suas reflexões sobre pobreza de renda e pobreza de capacidade representaram um salto que tem sido bastante aproveitado pelos relatórios, justamente pelo fato de o economista indiano ter demonstrado que as duas formas de pobreza, que exacerbam as desigualdades, têm de ser atacadas conjuntamente.

É claro que existem muitas dificuldades postas ao debate acerca da pobreza de capacidade, pois, conforme salienta Norbert Elias, “não é simples descrever a estrutura do ‘não-conhecimento’ das pessoas com as palavras de outras, já dotadas de conhecimento” (ELIAS, 1998, p.176). Para uma gama imensa de indivíduos que possuem acesso à educação, ao conhecimento, a saberes técnicos, a informações diversas providas das leis, dos direitos, etc., é muito difícil imaginar o que, de fato, significa a pobreza de capacidade que exacerba a pobreza de recursos e de renda. Por isso, Sen (2011) expõe a necessidade de que a sociedade como um todo se volte para pensar tais questões para que assim sejam gerados, mais e mais, alguns consensos sobre quais políticas são necessárias implantar a fim de estabelecer uma luta contínua e duradoura contra as múltiplas formas de exclusão social e política.

De modo algum se deve supor que essa discussão acerca da geração de oportunidades oriundas da melhor capacitação e habilitação é nova nas Ciências Sociais. Esse debate sobre a necessária geração de habilidades profissionais e políticas tem sido feito, com ênfase e enfoques distintos, há pelo menos dois séculos. No século XIX, foram representativas as preocupações de John Stuart Mill (1971) com a melhoria educacional dos mais pobres como forma de torná-los aptos a enfrentar os desafios que o mundo urbano e industrial trazia. Sua discussão sobre a conveniência de desenvolver a capacidade humana é bastante ilustrativa da tomada de fôlego de uma proposta fundada na ideia de capacidade.

Inúmeros foram os debates, ao longo do século XX, sobre a educação como capacitadora, socializadora e geradora de habilidades<sup>8</sup>. Muitas foram ainda as discussões, dentro da perspectiva habilitadora, acerca dos meios pelos quais os mais pobres pudessem sair da pobreza.<sup>9</sup> As abordagens que, ao longo do século XX, deram ênfase nos processos de formação de capacidades e de habilidades estão situadas em muitas áreas da Sociologia. Entre elas se destacam os estudos sobre trabalho, ação coletiva, educação, urbanização, industrialização e desenvolvimento social. No âmbito de um artigo somente não é possível penetrar em todas elas, mas todo e qualquer estudo sociológico

<sup>8</sup> Sobre este tema ver, Ferreira (2006).

<sup>9</sup> Algumas discussões atuais fazem referências, diretas e/ou indiretas, a essas perspectivas. Entre outras, destacam-se as de Leisering e Leibfried (2007); Giddens (2007); Esping-Andersen (2007)

é capaz de verificar como cada uma dessas abordagens ajudou a formar um fundo social de conhecimento que alimenta, continuamente, os debates contidos nos RDHs e nos autores que lhes são fontes constantes de inspiração, tais como: Mahbub ul Haq, Amartya Sen, Richard Jolly<sup>10</sup>, entre outros.

### **Algumas reflexões, desenvolvidas nos séculos XIX e XX, que ajudaram a constituir um fundo social de conhecimento utilizado pelos RDHs**

Os RDHs surgiram num momento em que já havia um conhecimento expressivo acerca das condições produtoras de desigualdades, pobreza e exclusões. Pode-se dizer que, desde o século XVIII, tais questões estiveram no centro dos debates político e sociológico. Ralph Dahrendorf (1980) mostrou como a história da Sociologia está ancorada no debate sobre desigualdades. Ele faz algumas considerações que tornam possível afirmar, sem sombra de dúvidas, que as ideias contidas na monografia intitulada *A origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, escrita em 1754, por Rousseau (1989), podem ser consideradas um depósito substancial num fundo social de conhecimento que ganhava destaque naquele momento, uma vez que as desigualdades passavam a ser entendidas como oriundas de determinados fenômenos sociais que deveriam ser explicados sociologicamente. Todavia, não se pode esquecer ainda que “o trabalho de Rousseau foi apenas a cristalização paradigmática de uma tendência presente em muitos escritos e em variadas discussões do século XVIII” (ELIAS, 2006d, p.172).

Durante décadas foram feitos muitos outros investimentos (Comte, Saint-Simon, Proudhon, Le Play, Fourier) “que têm seu primeiro zênite em Marx no século XIX. Aqui começa ao mesmo tempo a história da Sociologia como desenvolvimento contínuo do tratamento científico de um problema específico” (DARHRENDORF, 1977, p.118). Em *Sociogênese da Economia e da Sociologia*, Norbert Elias (2006d) demonstrou como se foram formando compreensões cada vez mais substantivas sobre os mecanismos de produção de riqueza e de pobreza. As mudanças na estrutura da sociedade foram gerando inúmeras indagações, ora sobre o modo de manejar recursos e rendas a favor de alguns interesses restritos, ora sobre a possibilidade, ou não, de conduzir políticas capazes de favorecer um número maior de pessoas. Tanto a Economia quanto a Sociologia constituíram-se como ciências no enfrentamento de questões dessa natureza. No século XVIII e XIX, essas duas áreas de conhecimento se dedicavam com afinco a refletir sobre a complexidade de estabelecer um gerenciamento dos recursos e das rendas numa sociedade que se tornava mais e mais complexa.

Pode-se dizer que o grande depósito feito no fundo social de conhecimento sobre a riqueza, a desigualdade social e a pobreza se deu quando sociólogos e economistas passaram a usar “dados empíricos para demonstrar” (ELIAS,

---

<sup>10</sup> Economista britânico com estudos de destaque na área de desenvolvimento. Coordenador de diversos RDHs (1996, 1997, 1999) e assessor especial do PNUD.

2006d, p.172), com evidências, o modo de operacionalização de vários mecanismos (vantagens, ou não, da divisão do trabalho, crescimento dos pequenos fabricantes, nível de empobrecimento dos trabalhadores, condições de moradia, de saúde, de nutrição, etc.) de reprodução tanto da riqueza quanto da pobreza simultaneamente<sup>11</sup>.

Muitos pensadores haviam tentado estudar tais processos de concentração de riqueza e de pobreza nas áreas urbano-industriais mesmo antes do desenvolvimento das pesquisas empíricas. A novidade foi o esforço na utilização de dados empíricos diversos para melhor conhecer os diversos mecanismos da vida social (ELIAS, 2006d). A busca de evidências factuais tomou grande fôlego nas Ciências Sociais no decorrer dos séculos XIX e XX. Isso foi um salto imenso nas reflexões sociológicas que se afastaram mais e mais da mera especulação.

Em muitas áreas do conhecimento (Economia e Sociologia, principalmente) reforçou-se, no decorrer do século XIX, a busca de evidências empíricas sobre os processos sociais. Ao recusarem explicações puramente especulativas, alguns pensadores - Quesnay, Adam Smith, Auguste Comte<sup>12</sup>, Karl Marx<sup>13</sup> - abriam muitos caminhos para a expansão de análises sobre as desigualdades sociais em diversas perspectivas teóricas e políticas. “Os economistas e os sociólogos clássicos foram bem mais longe na tentativa de unir ideias e dados empíricos” (ELIAS, 2006d, p.173).

As análises propositivas, cada uma a seu modo e com vieses teóricos e metodológicos distintos, que surgem com mais e mais força no decorrer do século XX (tais como as empreendidas tanto pela Escola Sociológica de Chicago quanto pelas reflexões sobre desenvolvimento, planejamento democrático, urbanização, industrialização, etc.) vão realizar amplas pesquisas empíricas para observar e medir, com maior precisão, os processos produtores de riqueza e pobreza, de desigualdades e exclusões extremas.

Ao buscar apresentar evidências empíricas sobre as condições educacionais, sobre os rendimentos e a longevidade, os RDHs valem-se de um fundo social de conhecimento que tem atestado a necessidade de demonstrar empiricamente quais são os indicadores sociais e econômicos que embasam as constatações sobre a necessidade de gerar atitudes cada vez mais voltadas para o desenvolvimento humano, o qual está fundado em melhorias das oportunidades sociais, de rendimento e de participação política para todos os indivíduos, independentemente de sua condição étnico-racial, de gênero e de localização geográfica.

As Ciências Sociais, por diversos caminhos, lidou, durante todo o século XX, com os desafios, que estão postos nos RDHs, acerca das possibilidades e

---

<sup>11</sup> G. Le Play (1806-1882) foi um dos primeiros pensadores a utilizar fartamente a pesquisa monográfica nos seus estudos sobre a classe trabalhadora europeia. Seus estudos baseavam-se em observações diretas das condições de vida nas unidades familiares. Mesmo havendo grandes discordâncias sobre as suas conclusões, não há como negar a importância do tipo de pesquisa que ele inaugura.

<sup>12</sup> “Ninguém melhor do que Comte salientou explicita e consistentemente a interdependência da teoria e da observação, como núcleo do trabalho científico” (ELIAS, 1999, p.36).

<sup>13</sup> Norbert Elias (1999) considera que tanto Comte quanto Marx foram os principais antimetafísicos do século XIX.

dificuldades de diminuir a pobreza e as desigualdades. Não há como abarcar todos os debates que vieram à tona no século passado. Assim, serão enfatizadas algumas discussões que, de alguma maneira, foram depositárias de um fundo social de conhecimento que tem alimentado os investimentos atuais dos relatórios publicados anualmente pelo PNUD. Há alguns debates realizados na primeira metade do século XX que podem ser considerados como lastros dos debates presentes nos RDHs sobre a geração, nos indivíduos, de atitudes e disposições para buscar meios para lutar contra a pobreza e as desigualdades.

Em primeiro lugar, é preciso observar que as reflexões sobre as disposições sociais remontam ao texto de Adam Smith intitulado *Teoria dos sentimentos morais* (1999), escrito em 1759. Nesse livro ele construiu uma ampla reflexão sobre o modo como a sociedade moderna operava nos indivíduos e os indivíduos na sociedade. Daí o seu debate sobre a crescente disposição para um agir fundado na atitude de admiração em relação à riqueza e de negligência em relação aos que viviam na pobreza e na miséria. Adam Smith já realizava um tratado sociológico sobre atitudes e disposições sociais<sup>14</sup> voltadas para o desprezo individual e coletivo para com os mais pobres. Esse tipo de reflexão vai surtir um grande efeito nas análises de Amartya Sen acerca da necessidade de que as sociedades e os indivíduos gerem, simultaneamente, disposições sociais para a criação de consensos sobre quais políticas públicas seriam adequadas para potencializar o desenvolvimento humano (SEN, 2010). A formação de habilidades e capacidades, não só profissionais mas também políticas, é o centro das propostas dos RDHs que guardam estritas inspirações nas propostas do economista indiano.

Uma abordagem de justiça e desenvolvimento que se concentra em liberdades substantivas inescapavelmente enfoca a condição de agente e o juízo dos indivíduos; eles não podem ser vistos meramente como pacientes a quem o processo de desenvolvimento concederá benefícios. Adultos responsáveis têm de ser incumbidos de seu próprio bem-estar, cabe a eles decidir como usar suas capacidades. Mas as capacidades que uma pessoa realmente possui (e não apenas desfruta em teoria) dependem da natureza das disposições sociais, as quais podem ser cruciais para as liberdades individuais. E dessa responsabilidade o Estado e a sociedade não podem escapar (SEN, 2005, p.326-7).

Deve-se reiterar que entre Adam Smith e Amartya Sen ocorreram muitas outras incursões pelo debate sobre atitudes e disposições sociais e, sem dúvida, os debates disposicionistas alimentados, na atualidade, por Sen, se beneficiaram de outras análises (as de George Simmel, as de William Thomas, entre outros) que ajudaram a constituir um fundo social de conhecimento que está na base dos RDHs. Estes, ao proporem ações que visam expandir as ca-

<sup>14</sup> “Uma disposição é uma realidade reconstruída que, como tal, nunca é observada diretamente. Portanto, falar de disposição pressupõe a realização de um trabalho interpretativo para dar conta de comportamentos, práticas, opiniões, etc. Trata-se de fazer aparecer os princípios que geraram a aparente diversidade de práticas. Ao mesmo tempo, essas práticas são constituídas como tantos outros indicadores” (LAHIRE, 2004, p.21).

pacidades, as habilitações e a igualdade de oportunidades, acabam por lidar com o entrecruzamento de muitas dificuldades individuais e coletivas que têm ganhado terreno nas tentativas de encontrar saídas para os problemas sociais atuais.

Simmel, em 1917, no livro *Questões fundamentais de Sociologia* (2006), propõe um estudo sobre tipos de comportamentos e atitudes que deem conta das disposições sociais de modo a esclarecer o que é parte de um agir puramente individual e o que é um agir social mais geral. Ele torna mais complexa a análise acerca das disposições já que esta exigiria o entendimento de todo processo de *sociação*<sup>15</sup>. Metodologicamente, faz-se necessário considerar os elementos sociais e individuais ao mesmo tempo. A verificação do poder de mudança de um determinado grupo social passa pela compreensão das condições de poder dos indivíduos. “As condições para o poder dos indivíduos são imediatamente claras: inteligência, energia, combinação apropriada entre pertinácia e flexibilidade, etc.” (SIMMEL, 2006, p.31).

As propostas dos RDHs de ampliação do acesso à educação aos grupos mais pobres para que eles possam desenvolver as suas capacidades, habilidades e oportunidades têm pontos de contatos com as discussões desenvolvidas, ao longo dos dois últimos séculos, pelos cientistas sociais. Os relatórios fazem inúmeras propostas para ampliar o acesso educacional partindo do pressuposto de que o desenvolvimento humano dota os indivíduos de inteligência, capacidade e habilidades que os torna mais aptos para construir mudanças expressivas em sua vida.

No presente informe (...) se considera a participação como uma estratégia global de desenvolvimento, centrando-se no papel fundamental que devem desempenhar as pessoas em todas as esferas da vida. O desenvolvimento humano implica ampliar suas opções, e uma maior participação permite que as pessoas possam por si mesmas acercar-se de uma gama muito mais ampla de oportunidades. A pessoa pode participar individualmente ou em grupos. Individualmente, em uma democracia, as pessoas podem participar como votantes ou, até mesmo, como ativistas políticos, ou no mercado como empresários ou trabalhadores. (...) Não obstante, participam de forma mais efetiva por intermédio de um grupo: como membro, talvez, de uma organização da comunidade, ou de um sindicato, ou de um partido político (RDH, 1993, p.25).

Os RDHs estão lidando com uma questão que foi posta por G. Simmel, em 1917, nos seguintes termos: “O valor definitivo do desenvolvimento social se situa na formação da personalidade ou na associação?” (SIMMEL, 2006, p.38). Em razão do seu caráter propositivo, os relatórios não estão preocupados com o debate teórico-metodológico que envolve a indagação supracitada; todavia, é necessário assinalar que as indagações e os problemas sociológicos

---

<sup>15</sup> Simmel considera que a palavra *sociação* é mais adequada que a palavra *sociedade*, pois todos os indivíduos estão ligados por relações e influências recíprocas (SIMMEL, 2006).

que têm sido elaborados no decorrer de muitas décadas aparecem nas abordagens propositivas dos movimentos sociais, dos organismos internacionais, dos formuladores, gestores e críticos de políticas públicas.

Os RDHs estão, nas 20 edições anuais publicadas desde 1990, preocupados em indicar caminhos exequíveis para formar, nos indivíduos mais pobres do planeta, uma disponibilidade para um agir voltado a colocá-los como partícipes de um processo de desenvolvimento que somente pode ser considerado expressivo se for capaz de modificar as atitudes individuais e coletivas. Dessa forma, os documentos elaborados pelo PNUD insistem, que por meio de uma educação e de uma participação geradoras de habilidades não só profissionais, mas também políticas, é possível transformar o comportamento dos indivíduos em algo voltado para a ampliação das melhorias sociais.

Todavia, os relatórios dão um peso enorme ao processo de transformação das atitudes daqueles que estão em piores condições sociais. Não só o Estado deve implementar políticas públicas de qualidade e norteadas por valores democráticos, mas também os indivíduos têm de estar obstinadamente voltados para agir em prol de um aperfeiçoamento contínuo do desenvolvimento humano. Por isso, é preciso que os processos sociais e políticos sejam favorecedores da geração de capacidades transformadoras.

Grosso modo, pode-se dizer que esse tipo de postura tem também inspiração em algumas abordagens desenvolvidas nas Ciências Sociais. William Thomas (2001), sociólogo norte-americano que desenvolveu seus estudos na primeira metade do século XX, afirmava que era necessário compreender as situações e as experiências que possibilitam a fixação de determinadas atitudes. Uma atitude voltada para a valorização da participação coletiva, das habilidades e das capacidades transformadoras depende das instituições, as quais são também responsáveis pela formação de atitudes, de disposições, de comportamentos e de experiências singulares que moldam a vida das pessoas (THOMAS, 2001). Esse debate proposto por Thomas fertilizou um campo de pesquisa desenvolvido nas décadas de 1920 e 1930 na Escola de Sociologia de Chicago. Muitas discussões derivadas desse debate objetivavam intervir no processo de reformulação das políticas urbanas em algumas cidades norte-americanas.

Robert Park, principal pesquisador da Escola de Sociologia de Chicago, procurava entender como as disposições e as indisposições são adquiridas e/ou herdadas socialmente. Alguns grupos sociais podem herdar ódios raciais, preconceitos, discriminações. Daí a necessidade de que o espaço social tenha condições de gerar disposições voltadas para o fortalecimento de atitudes racionalmente promotoras de mudanças e mobilidades. Os RDHs não se ocupam desse tipo de discussão, mas adotam a ideia de que os indivíduos podem adquirir uma disposição para um agir que consiga mobilizar, de modo cada vez mais efetivo, a criação de habilidades e capacidades (profissionais e políticas) que impulsionem o desenvolvimento humano.

Essa crença na possibilidade de desenvolver disposições que potencializem habilidades e capacidades, defendidas nos RDHs, bebe em fontes lon-

gínquas. Durante séculos este debate esteve presente nas Ciências Sociais. Os documentos em análise constataam que se faz necessário encontrar meios de democratizar as habilidades e as oportunidades e, para que isso ocorra, é preciso que os indivíduos mais pobres tenham meios de sobrevivência, de instrução, de moradia e de aquisição dos serviços sociais básicos. Advém daí o papel importante que jogam as instituições no processo de geração de melhorias sociais. Só se adquire uma disposição voltada para a valorização da educação geral e profissionalizante, para os cuidados com a saúde etc., se houver condições minimamente condizentes com a dignidade humana. A privação extrema leva, segundo os RDHs, à impotência extrema. Romper com a primeira é condição para lutar contra a segunda. Somente o desenvolvimento humano - o qual é atingido se as pessoas alcançarem condições satisfatórias de nutrição, de instrução, de trabalho, de participação política, de respeito aos seus direitos fundamentais, de acesso a serviços como saneamento, saúde e moradia – pode potencializar atitudes que venham a aperfeiçoar suas disposições para agir, de modo estável, a favor de melhorias contínuas e duradouras.

Os relatórios dialogam, indiretamente, com aquelas posturas que insistem que há entre os mais pobres uma indisposição herdada, de geração em geração, para o desenvolvimento de atitudes que valorizem habilidades e capacidades. Os RDHs mostram que a privação extrema pereniza a impotência. Ou seja, ninguém nasce impotente e incapaz; as experiências vividas é que geram, nos indivíduos, a sensação de que eles não têm como sair da pobreza absoluta em que estão mergulhados. Por isso, o primeiro passo para o desenvolvimento humano é a luta, por parte do Estado e da sociedade como um todo, contra a pobreza extrema.

Os serviços públicos básicos mais importantes para a satisfação das necessidades dos mais pobres – centros de saúde, escolas, bombas de água (...) e poços – são habitualmente geridos por burocratas e funcionários públicos, que apenas respondem perante os seus superiores dentro da hierarquia vertical dos respectivos ministérios. Se, em contrapartida, respondessem perante organismos municipais eleitos a nível local, a prestação destes serviços seria certamente mais eficaz. Para que haja respostas eficazes e adequadas, são necessários incentivos – e formas de controle – locais (RDH/2003, p.134).

## **OS RDHs das décadas de 1990 e 2000 e a mobilização de um fundo social de conhecimento desenvolvido nas Ciências Sociais**

Os relatórios da década de 1990 sistematizam inúmeras questões que, segundo eles, estariam na base das dificuldades de desenvolvimento humano. Ganham proeminência os debates sobre os desafios que representavam a urbanização precária, a não-participação política de grande parte das populações

afetadas pela miserabilidade e pelas dificuldades de democratização da administração dos recursos públicos para a construção de avanços no combate à pobreza extrema.

É sabido que muitos pontos levantados e analisados pelas Ciências Sociais, nas décadas de 1970 e 1980 do século passado, foram retomados pelos RDHs a partir de 1990. Entre as diversas questões recuperadas dos debates postos por inúmeras pesquisas estavam aquelas que giravam em torno da necessidade de a sociedade civil e o Estado empenharem-se no combate às mazelas sociais responsáveis por aprofundar padrões de urbanizações realimentadores de uma lógica que condenava as gerações futuras a manterem-se abaixo da linha da pobreza, vivendo em condições difíceis. A inexistência de saneamento, de moradia adequada, de serviços de saúde, de escolas, etc, discutida desde a década de 1960 em inúmeros estudos (ZICCARDI, 2002; PEREIRA, 1969; KLIKSBURG, 2002) voltados para entender os efeitos de tais condições sobre o aprofundamento da pobreza e das desigualdades, foi também o foco principal das abordagens feitas pelos RDHs na década de 1990.

A administração das cidades deve interessar-se muito mais em mobilizar a riqueza urbana em benefício de toda comunidade, manter e desenvolver a infraestrutura e as redes de serviços indispensáveis para as atividades urbanas e atender as necessidades do número crescente de cidadãos pobres (UNDP, 1990, p.196).

Em vários momentos, os RDHs da década de 1990 insistem na necessidade de promover um tipo de urbanização capaz de produzir a democratização da vida social. Os diversos grupos urbanos teriam de participar dos processos de gestão urbana; e a administração de recursos deveria ser descentralizada e compartilhada. Portanto, um dos temas-chave que ganha relevo nos relatórios é a necessidade de que cada país, cada região, cada município, em vista de suas singularidades, viabilize algum tipo de participação para a população de modo geral. Em muitos lugares, era possível e recomendável o desenvolvimento e, quando fosse o caso, o aperfeiçoamento dos conselhos gestores. O RDH de 1993 insistiu expressivamente na eficácia desse tipo de atuação capaz de servir como balizadora dos muitos interesses que coexistem no âmbito das diversas cidades.

Como participar exige mais influência e mais controle, também exige maior protagonismo em relação aos processos econômicos, sociais e políticos. Quanto aos processos econômicos, deve haver capacidade para dedicar-se livremente a qualquer atividade desse tipo. Quanto aos processos sociais, requer-se a capacidade de intervir plenamente em todas as formas da vida da comunidade, independentemente de religião, cor, sexo, raça. Quanto aos processos políticos, deve existir liberdade de eleger e mudar o governo em todos os níveis, desde o palácio presidencial até o conselho da aldeia (RDH, 1993, p.25).

Os relatórios da década de 1990 insistiam que não bastava a alegação, por parte dos governantes, políticos e lideranças de modo geral, de que a administração compartilhada dos recursos públicos era, nos países pobres e desiguais, impossível porque não haviam sido desenvolvido mecanismos de participação com capacidade de controle e intervenção na gestão urbana. Os RDHs dedicam inúmeras páginas em defesa da necessidade de fortalecimento das capacidades criativa e produtiva. As primeiras se referem à geração paulatina, tanto do interesse quanto da capacidade de intervir na administração dos recursos públicos; estas últimas dizem respeito ao florescimento e à expansão de um debate democrático e contínuo sobre formas de geração de recursos passíveis de serem distribuídos por meio de serviços públicos que reduzam mais e mais, a pobreza e a miséria mantidas, por gerações, nos países mais pobres. A expansão do número de grupos e de indivíduos dotados de uma melhor capacidade criativa e produtiva foi apresentada pelos relatórios da década de 1990 como a solução mais plausível para muitos problemas que afetavam a vida urbana.

Participar significa intervir (...) nos processos econômicos, sociais, culturais e políticos que afetam a vida dos indivíduos. Em alguns casos a pessoa pode exercer um controle completo e direto sobre esses processos; em outros casos, o controle pode ser parcial ou indireto. O importante é que ela disponha de um acesso constante às tomadas de decisões e ao poder. A participação nesse sentido é um fator essencial do desenvolvimento humano (RDH, 1993, p.25).

A ênfase, dada pelos RDHs, à necessidade premente de gerar capacidade e habilidade de intervenção na gestão pública encontra-se, em parte, em sintonia com o que vem sendo sugerido pela sociologia propositiva que se desenvolveu na segunda metade do século XX. Inúmeros pensadores, como Celso Furtado, Karl Mannheim, entre outros, enfatizaram o planejamento democrático e a mobilização da sociedade civil como antídotos contra um processo de urbanização desigual e excludente. Vencer a pobreza e o subdesenvolvimento passava, para eles, pela mobilização de forças sociais aptas a intervir, de fato, no processo político e social.

Todavia, Celso Furtado, por exemplo, considerava que seria possível expandir a capacidade criativa somente em sociedades democráticas capazes de lidar com as ações daqueles grupos que conseguissem desenvolver formas de balizamento das ações dos dirigentes. As propostas de engenharia social nas quais “tudo está previamente estabelecido” (FURTADO, 1992, p.75) desvirtuariam as possibilidades de expansão das capacidades criativas aptas a vencer os anacronismos institucionais. A administração democrática de recursos passa, seguramente, pelo desmantelamento dos vícios políticos que canalizam todos os recursos para os segmentos mais abastados. Acredita-se que os RDHs tendem a não enfrentar, profundamente, as dificuldades de desfazer as amarras e anacronismos institucionais que impedem a expansão de capacidades e de habilidades criativas e produtivas.

Não há dúvida de que os RDHs das décadas de 1990 e 2000 se encontram em sintonia com um enorme debate feito pelas Ciências Sociais ao longo dos anos 1970 e 1980. O processo de alargamento do espaço da política e a constituição de atores com capacidade de balizamento das ações dos dirigentes, em vista da necessidade de redefinir as relações entre o Estado e a sociedade, aparecem como as principais preocupações dos relatórios. No entanto, os documentos do PNUD/ONU, por ora analisados, não têm como investigar detalhadamente as diferenças quanto às possibilidades maiores ou menores de ocorrer processos de distribuição do poder nos inúmeros países retratados pelos relatórios. São sugestões de caráter amplo e, muitas vezes, genérico. Todavia, não se deve esquecer que as recomendações dos RDHs aos Estados, às lideranças políticas, e à sociedade civil de modo geral para que invistam esforços na construção de novos espaços de atuação política têm forte aproximação com aquilo que muitos cientistas sociais<sup>16</sup> constatavam, no decorrer das últimas décadas do século XX, como necessário para viabilização de processos substanciais de mudanças.

Aparece fortemente nos RDHs que o surgimento de outra forma de sociabilidade, uma forma mais democrática, é a base do desenvolvimento humano. Sem ela não há como expandir as melhorias sociais que estão na base dos três eixos (educação, longevidade e renda) como condição *sine qua non* para melhorar a situação daqueles que vivem em condições de pobreza absoluta. A expansão das capacidades criativas, defendidas pelos relatórios, pressupõe uma sociabilidade voltada para participar na administração de recursos públicos. Trata-se da capacidade e da habilidade de intervir na gestão do que é público. O desenvolvimento da capacidade produtiva é também, segundo os relatórios, gerador de uma nova sociabilidade, isso porque desenvolve nos indivíduos a capacidade de produzir recursos e, na sociedade, a capacidade de melhorar a distribuição das habilidades e da renda.

Não há dúvida de que, para os RDHs, o desenvolvimento humano depende da expansão de um senso cada vez mais apurado de justiça social, o que se constitui como o grande desafio posto na atualidade por uma lógica econômica e social fundada na expansão das desigualdades. Conforme afirma Ana Brito Arcoverde (2006), ao sistematizar algumas reflexões atuais sobre a questão social, esse é o grande desafio para excogitar formas de melhorias coletivas. Talvez seja possível dizer que, ao insistirem na possibilidade de expansão das capacidades criativas e produtivas, os RDHs estejam assinalando que há necessidade premente de tentar evitar os riscos que representam a internalização da certeza<sup>17</sup>, por parte da sociedade, de que a questão social não tem mais qualquer solução.

---

<sup>16</sup> No Brasil e na América Latina foram muitos os trabalhos que versaram sobre os avanços e não-avanços dos processos de alargamento do espaço de atuação política para os diversos segmentos sociais. Entre muitos outros, ver Alvarez, Dagnino e Escobar (2000).

<sup>17</sup> Zygmunt Bauman tem discutido os riscos inerentes a uma sociedade que não se questiona mais sobre as suas possibilidades de ser melhor para todos. Se prevalecer a máxima de “que não existe alternativa” (BAUMAN, 2011, p.155) isso levaria, mais e mais, as sociedades ao caos. Os RDHs lutam contra a ideia de que não há mais qualquer saída para a miserabilidade e a pobreza.

Observa-se que inúmeros incômodos e indagações recorrentes na literatura sociológica sobre os desafios da mudança social estão contidos, de uma forma ou de outra, nas páginas dos RDHs. As discussões, nas Ciências Sociais, sobre a forma como a desigualdade e a pobreza extrema levam os laços sociais ao desmantelamento, à falta de coesão, à vulnerabilidade (CASTEL, 1998; ROSANVALLON, 1998) e aos riscos de instabilidades recorrentes, aparecem também nos relatórios. Os RDHs preparados após a Declaração do Milênio (2000) mostram-se preocupados com os efeitos da pobreza sobre a vida social como um todo. Em diversos momentos, eles insistem na necessidade de diminuir, continuamente, a pobreza absoluta, o analfabetismo e a fome, porque essas mazelas sociais tendem a desestabilizar não somente as nações mais pobres, mas também todas as demais.

Inscreve-se nesse tipo de preocupação a insistência na necessidade de lutar contra a urbanização precária (falta de moradia adequada, escola, saneamento, etc.). Ocupar-se dos bairros degradados é tido como um antídoto contra os efeitos mais perversos da pobreza e da exclusão. É interessante notar que as sugestões de empenho no combate a tais condições não se restringem aos governantes e aos técnicos do Estado. Elas se estendem também à sociedade civil que, segundo os relatórios, deve ser incentivada a participar da busca de soluções para os diversos problemas sociais. A questão social é apontada como de responsabilidade coletiva e não apenas de uma dada instituição e/ou setor social. A reversão da tendência de agravamento da instabilidade social depende, segundo os RDHs, da expansão de agentes que voltem as suas ações para o desenvolvimento humano. É por essa razão que nessas duas décadas, de 1990 e 2000, os relatórios têm insistido na necessidade de gerar, continuamente, processos participativos que envolvam um número cada vez maior de instituições, associações, grupos e pessoas.

### **Considerações finais**

Nas suas centenas de páginas, os RDHs revelam, constantemente, como as preocupações de seus formuladores estão influenciadas por inúmeras pesquisas realizadas nas últimas décadas pelas Ciências Sociais. Pode-se dizer que se criou, acerca das diversas formas de combate às desigualdades, um fundo social de conhecimento propositivo que tem orientado não só a sistematização dos conhecimentos buscados pelos preparadores dos documentos do PNUD, mas também as suas propostas de ação para encontrar meios de modificar as condições perpetuadoras das formas de privação e impotência que alimentam a pobreza e as desigualdades.

Procurou-se mapear, no interior dos RDHs, as discussões feitas pelos técnicos a favor do desenvolvimento humano. Assinalou-se que eles mobilizaram conhecimentos, dados e propostas de ação que estiveram presentes em muitos

debates postos nas décadas de 1970 e 1980 pelas Ciências Sociais<sup>18</sup>. Partiu-se do pressuposto de que há um ponto de contato entre os debates acadêmicos e as sugestões dos relatórios. E que ponto é esse? É aquele centrado na necessidade de diminuir, paulatinamente, as muitas formas de desigualdades que aumentam as dificuldades de alcançar avanços significativos e duradouros na diminuição da privação e da impotência que acometem 1/3 da população do planeta. Alguns debates sobre desigualdades, pobreza e exclusões, desenvolvidos nas Ciências Sociais, têm dado subsídios aos relatórios, de modo direto e/ou indireto, na constituição de um amplo programa de ação recomendado pelo PNUD, aos estados, às organizações internacionais, à sociedade civil, além de outros.

As propostas de ação com o intuito de encontrar caminhos para fazer avançar o desenvolvimento humano têm levado os RDHs a fazer vários tipos de correlação entre desigualdade e pobreza, o que os coloca em contato direto com um fundo social de conhecimento desenvolvido pelas Ciências Sociais. Não se está supondo que os relatórios somente replicam, em suas páginas, os debates propostos pelos cientistas, mas sim que há uma organicidade entre as suas preocupações e as de diversas pesquisas com a finalidade de diagnosticar as possibilidades de melhoramentos que pudessem atingir os grupos sociais mais empobrecidos. Demonstrou-se, ainda, que há não somente influências indiretas das reflexões sociológicas, econômicas e políticas, mas há também utilizações diretas de discussões de alguns cientistas. Conforme foi demonstrado, algumas propostas de Amartya Sen têm servido como sustentáculo para muitos encaminhamentos feitos pelos RDHs.

Partiu-se do pressuposto de que muitos esforços intelectuais têm sido capazes de indicar alguns caminhos para ações práticas. Conforme afirma Celso Furtado (1997, p.102), “entender o mundo é uma maneira de agir sobre ele”. Portanto, há um fundo social de conhecimento que, sendo ou não mencionado pelos relatórios, é incorporado ao modo dos técnicos focalizarem o problema da desigualdade, da pobreza e da exclusão. Mesmo gerando propostas de ação que ora se aproximam ora se distanciam daquelas produzidas pelos cientistas, deve-se ter em conta que o desvendamento das razões da persistência da miserabilidade extrema acaba servindo como ponto de partida para os formuladores dos RDHs mapearem os inúmeros desafios oriundos das condições de pobreza absoluta.

## Referências

ALVAREZ, Sônia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. (Orgs.) *Cultura política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

---

<sup>18</sup> Mahbub ul Haq, criador do RDH, em *A cortina da pobreza* (1978) discute os muitos embates sobre o desenvolvimento econômico, social e institucional que tomaram corpo tanto no âmbito acadêmico e governamental quanto no interior dos organismos internacionais.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Manifestações da questão social no Brasil. In: ALMEIDA, Angela Maria de O. et al (Orgs.). *Violência, exclusão social e desenvolvimento humano*. Brasília: UNB, 2006. p. 27-37.

BAUMAN, Zygmunt. *Bauman sobre Bauman*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1998.

DAHRENDORF, Ralph. Sociologia e sociedade industrial. In: FORACCHI, Marialice M.; MARTINS, José de Souza (Orgs.) *Sociologia e Sociedade*. São Paulo: LT&C, 1977. p. 118-125.

DEVIN, Guillaume. Norbert Elias e a análise das relações internacionais. In: MILANI, Carlos R.S. (Org.) *Relações internacionais: perspectivas francesas*. Salvador: EDUFBA, 2010. p.59-91.

\_\_\_\_\_. *Sociologia das Relações Internacionais*. Salvador: EDUFBA, EDUFAL, 2010a. p.59-91.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994 (Vol. 1 e 2).

\_\_\_\_\_. Os pescadores e o turbilhão. In: *Envolvimento e alienação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 162-268.

\_\_\_\_\_. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1999.

\_\_\_\_\_. Tarde demais ou cedo demais: notas sobre a classificação da teoria do processo e da figuração. In: ELIAS, Norbert. *Norbert Elias por ele mesmo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 144-163.

\_\_\_\_\_. *A sociedade da corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001a.

\_\_\_\_\_. Conceitos sociológicos fundamentais: civilização, figuração, processos sociais. In: NEIBURG, Federico; WAISBORT, Leopoldo (Orgs.) *Escritos & Ensaios*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p.21-33.

\_\_\_\_\_. Tcnização e civilização. In NEIBURG, Federico; WAISBORT, Leopoldo (Orgs.) *Escritos & Ensaios*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006a. p.35-67.

\_\_\_\_\_. Processos de formação de Estados e construção de nações. In: NEIBURG, Federico; WAISBORT, Leopoldo (Orgs.) *Escritos & Ensaios*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006b. p.153-165.

\_\_\_\_\_. Para a fundamentação de uma teoria dos processos sociais. In: NEIBURG, Federico; WAISBORT, Leopoldo (Orgs.) *Escritos & Ensaios*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006c. p.197-231.

\_\_\_\_\_. Sobre a sociogênese da Economia e da Sociologia. In: NEIBURG, Federico; WAISBORT, Leopoldo (Orgs.) *Escritos & Ensaios*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006d. p.167-196.

Rezende, Maria J.de. Os Relatórios do Desenvolvimento Humano e os seus diálogos Com alguns estudos...

ESPING-ANDERSEN, Gosta. Um Estado de bem-estar social para o século XXI. In: GIDDENS, Anthony. (Org.) *O debate global sobre a terceira via*. São Paulo: Unesp, 2007. p.193-224.

FERREIRA, Rosilda A. Sociologia da educação: uma análise de suas origens e desenvolvimento a partir de um enfoque da sociologia do conhecimento. *Revista Lusófona de Educação*, Lisboa, n.7, p. 105-120, 2006.

FURTADO, Celso. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. *Obra autobiográfica*. São Paulo: Paz e Terra, 1997. (Tomos I, II e III)

GIDDENS, Anthony. A questão da desigualdade. In: *O debate global sobre a terceira via*. São Paulo: Unesp, 2007. p. 253-267.

GOLDTHORPE, J. E. *Sociologia do terceiro mundo: disparidade e envolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

HIRSCHMAN, Albert. Confissão de um dissidente: revisitando a estratégia do desenvolvimento econômico. In: HIRSCHMAN, Albert. *A economia como ciência moral e política*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.81-117

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Desigualdade e pobreza: Lições de Sen. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.15, n.42, p.1-8, fev.2000.

KLIKSBERG, Bernardo. *Desigualdade na América Latina*. O debate adiado. São Paulo: Cortez Edit.; Brasília, DF: Unesco, 2002.

LAHIRE, Bernard. *Retratos sociológicos: disposições e variações individuais*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LEISERING, Lutz; LEIBFRIED, Stephan. Caminhos para sair da pobreza: perspectivas sobre uma política ativa. In: GIDDENS, Anthony (Org.) *O debate global sobre a terceira via*. São Paulo: Unesp, 2007. p. 283-295.

MILL, John Stuart. *Autobiography*. London: Oxford University Press, 1971.

PEREIRA, Luiz (Org.) *Urbanização e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Desenvolvimento humano e IDH*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh/>> Acesso em: 18 ago. 2010.

PNUD – United Nations Development Program. *Human Development Report 1990*. New York, Oxford: Oxford University Press, 1990. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1990>> Acesso em: 02 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. *Human Development Report 1993*. New York, Oxford: Oxford University Press, 1993. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1993>> Acesso em: 02 mar.2011.

\_\_\_\_\_. *Human Development Report 1995*. La revolución hacia la igualdad en la condición de los sexos. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/es/informes/mundial/idh1995>> Acesso em: 02 set. 2011.

\_\_\_\_\_. *Human Development Report 1996*. Crecimiento económico para propiciar el desarrollo humano? Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1996>> Acesso em: 02 jul. 2011.

\_\_\_\_\_. *Human Development Report 1999*. La mundialización com rostro humano. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1999>> Acesso em: 02 out. 2011.

\_\_\_\_\_. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2001*. Fazendo as novas tecnologias trabalhar para o desenvolvimento humano. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais.aspx?indiceAccordion=2&li=li\\_RDHGlobais#2001](http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais.aspx?indiceAccordion=2&li=li_RDHGlobais#2001)> Acesso em: 11 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2003*. Um pacto entre nações para eliminar a pobreza humana. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/rdh>> Acesso em: 11 jan. 2011.

PNUD – United Nations Development Program. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2005*. Cooperação internacional numa encruzilhada. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>> Acesso em: 08 set. 2010.

REZENDE, Maria José de. As metas socioeconômicas denominadas Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU: os percalços de um projeto de combate à pobreza absoluta e à exclusão social. *Convergência*, v.14, n. 43, p.169-209, jan./abr. 2007.

\_\_\_\_\_. Os Relatórios do Desenvolvimento Humano publicados após a Declaração do Milênio e a perpetuidade da luta entre processos civilizacionais e descivilizacionais. *Revista Enfoques: Ciencia Política y Administración Pública*, Universidad Central de Chile, Santiago, Chile, v. IX, n.14, p.117-138, 2011.

\_\_\_\_\_. Os Relatórios do Desenvolvimento Humano e a possibilidade de tornar o espaço urbano capaz de impulsionar processos de distribuição de poder, recursos e capacidades: uma análise inspirada nas indicações de Norbert Elias. *Educação & Linguagem*, São Paulo, v.14, n.23/24, p. 172-201, 2011a.

ROSANVALLON, Pierre. *A nova questão social*. Petrópolis: Vozes, 1998.

ROUSSEAU, Jean Jacques. A origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. In: *O contrato social e outros escritos*. São Paulo: Cultrix, 1965. p.143-208.

SEN, Amartya. Racionalidade, interesse e identidade. In: FOXLEY, A; McPHERSON, M; O'DONNELL, G. (Orgs.) *Desenvolvimento, política e aspiração social*. São Paulo: Vértice, 1988, p.355-365.

\_\_\_\_\_. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record: 2008.

\_\_\_\_\_. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. *A ideia de justiça*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

SMITH, Adam. *Teoria dos sentimentos morais*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

THOMAS, William I. O problema da personalidade no ambiente urbano. *Plural*, Sociologia USP, São Paulo, n.8, p.145-156, 2º sem. 2001.

Rezende, Maria J.de. Os Relatórios do Desenvolvimento Humano e os seus diálogos Com alguns estudos...

UL HAQ, Mahbub. *A Cortina da pobreza: opções para o terceiro mundo*. São Paulo: Nacional, 1978.

ZICCARDI, Alicia (Org.) *Pobreza, desigualdad social y ciudadanía*. Buenos Aires: Clacso, 2002.

Submissão em: 20/02/2013

Aceite em: 07/04/2013

*Maria José de Rezende* é Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Professora do Departamento de Ciências Sociais (Centro de Ciências Humanas) da Universidade Estadual de Londrina, professora e pesquisadora de Sociologia no Programa de Mestrado em Ciências Sociais e dos Programas de Pós-graduação (aperfeiçoamento) em Ensino de Sociologia e em Comunicação Popular e Comunitária da UEL. Endereço para correspondência: Rua Pio XII, 335 apto. 1104 – CEP 86020-914 – Londrina/PR, Brasil.

E-mail: [mjderezende@gmail.com](mailto:mjderezende@gmail.com)